

2018

# NOTAS EXPLICATIVAS

4º TRIMESTRE

Coordenação Geral de  
Contabilidade e Custos



**INSTITUTO FEDERAL**  
Amazonas

Pró-Reitoria de Planejamento  
e Administração - PROPLAD

# **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS**

**4º TRIMESTRE DE 2018**

---

## **REITOR**

Antônio Venâncio Castelo Branco

## **PRO REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Josiane Faraco de Andrade Rocha

## **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**

Júlio César Campos Anveres

## **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE**

Gean Max Angelim de Lima

## **COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS**

Marlena Raquel dos Santos

Raimundo Nonato Zurra Júnior

Rivenilson da Costa Otero

Tatyane Correa Coutinho

## SUMÁRIO

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO: .....	3
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: .....	4
3. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	5
4. DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	7
5. NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
5.1 NOTA 1 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC .....	12
5.2 NOTA 2 - BALANÇO FINANCEIRO – BF.....	17
5.3 NOTA 3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO.....	21
5.4 NOTA 4 - BALANÇO PATRIMONIAL - BP .....	26
5.5 NOTA 5 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP.....	36

## 1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM é uma autarquia da administração indireta federal, vinculada ao Ministério da Educação, criado nos termos do inciso IV, do artigo 5º da Lei nº 11.892/2008, com sua estrutura inicial constituída mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET/AM e das Escolas Agro técnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira.

Atualmente, está presente na capital Manaus/AM com três campi e a Reitoria, e no interior do estado com doze campi, situados nas cidades de Presidente Figueiredo, Manacapuru, Itacoatiara, Coari, Maués, Tefé, Parintins, Lábrea, Humaitá, Eirunepé, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira e Boca do Acre, conforme quadro 1, a seguir:

<b>ETAPAS</b>	<b>UNIDADE ORGANIZACIONAL:</b>
	26403 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM
	<b>Unidade Jurisdicionada:</b>
<b>I ETAPA</b>	Reitoria
	Campus São Gabriel da Cachoeira
	Campus Manaus Zona Leste
	Campus Manaus Centro
	Campus Manaus Distrito Industrial
	Campus Coari
<b>EXPANSÃO FASE II</b>	Campus Parintins
	Campus Tabatinga
	Campus Presidente Figueiredo
	Campus Maués
	Campus Lábrea
<b>EXPANSÃO FASE III</b>	Campus Humaitá
	Campus Itacoatiara
	Campus Avançado de Manacapuru
	Campus Tefé
	Campus Eirunepé
	Campus Avançado Boca do Acre

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As Demonstrações Contábeis correspondem ao meio pelo qual a Contabilidade fornece aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e a situação econômico-financeira da entidade, no aspecto patrimonial, desempenho financeiro e seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e a instrumentalização do controle social.

As Demonstrações Contábeis do IFAM são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima possuem correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todas as unidades jurisdicionadas do IFAM e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e

### **3. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público, como veremos:

**Conta Única do Governo Federal:** Todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, ou seja, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**Orçamento Federal:** O orçamento é um importante instrumento de planejamento das entidades públicas, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. A Constituição determina à Administração Pública, a elaboração de um orçamento anual, devendo este ser aprovado pelo poder Legislativo e disponibilizado à sociedade. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”.

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG.

O orçamento deve conter todas as receitas previstas e despesas fixadas do ente federado, para um exercício financeiro, integralizados em um único documento legal em cada esfera federativa, sendo este documento legal denominado: Lei Orçamentária Anual - LOA.

A elaboração da LOA, referente ao ente federativo “União”, segue as recomendações da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, expedida anualmente. As entidades públicas, a saber: órgãos da administração direta e indireta, autarquias, fundações, empresas públicas e de sociedade mista da União, submetem seu planejamento orçamentário em uma minuta do Projeto de Lei Orçamentária Anual, aos Ministérios aos quais são vinculadas ou subordinadas, os quais são responsáveis por consolidar e encaminhar ao MPOG, para análise e consolidação final e posterior submissão da PLOA à aprovação pelo legislativo. A execução orçamentária deve ser realizada em conformidade com a legislação aplicável, especialmente, a LOA, LDO, além da legislação supracitada.

Recursos orçamentários x recursos financeiros: Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Recursos orçamentários, são denominados “créditos orçamentários” e dizem respeito aos créditos consignados no orçamento (LOA), disponibilizados para executar as despesas fixadas, por meio de empenho prévio, conforme dotação autorizada na LOA.

Já os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos, e correspondem aos valores disponíveis oriundos da arrecadação. A execução financeira, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades administrativas pelo orçamento.

A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

Restos a pagar: Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços, de acordo com a Lei nº 4.320/1964.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que ocorrer o pagamento.

Ajustes de Exercícios Anteriores: Prática contábil evidenciada em conta do Patrimônio Líquido, a qual compõe a linha de resultados acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores). A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores registra saldos, positivos e/ou diminutivos no Patrimônio Líquido, sem transitar nas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados, pois seu objetivo é registrar o saldo decorrente da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. (MCASP, 7ª Ed. 2017)

Conciliação das Demonstrações Contábeis: A União adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFAM faz parte. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros. (Nota Explicativa MEC, 1º Trimestre 2018).

#### **4. DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do IFAM, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras: A moeda funcional no Brasil é o Real. As disponibilidades devem ser mensuradas pelo seu valor original em real, sendo que, para as disponibilidades em moeda estrangeira, deve-se realizar a conversão, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Créditos a Curto Prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências

concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos<sup>3</sup>; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados no IFAM.

**Estoques:** Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do IFAM, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques foi implantando a partir do exercício 2016. Os saldos de estoques, correspondem a materiais de consumo estocados em almoxarifado, para manutenção das unidades. Os saldos constam superiores aos saldos reais constante no estoque físico do almoxarifado, decorrente da ausência da emissão dos Relatórios de Movimentações do Almoxarifado – RMA, pois o sistema de controle patrimonial do IFAM, encontrava-se em fase de implantação, e não possibilitava a extração do relatório, devido a um erro de TI, o qual foi solucionado após o encerramento do mês de junho, não sendo possível realizar os ajustes necessários em tempo hábil.

**Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período. Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O SPIUnet está integrado com o Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do IFAM são:

Base de Cálculo: é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos, no âmbito do IFAM, o valor do bem registrado no SIAFI no momento da aquisição.

Método de Depreciação para Bens Imóveis não Registrados no SPIUnet: Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 7.2 da Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de bens na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 6, da referida Macrofunção. □ Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Método de Depreciação para Bens Imóveis Registrados no SPIUnet: Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

**Kd = coeficiente de depreciação**

**n = vida útil da acessão**

**x = vida útil transcorrida da acessão**

**Intangíveis:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva

conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No âmbito do IFAM, os intangíveis correspondem a Softwares, tanto de vida útil definida, os chamados softwares de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que se referem aos sistemas desenvolvidos institucionalmente. Os valores de bens intangíveis estão sob análise, pois a conta contábil atualmente não está refletindo adequadamente os valores reais do software, e em consequência, os procedimentos de amortização ainda não estão em execução no Instituto.

**Passivos Circulantes e Não Circulantes:** As obrigações do IFAM são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

**Provisões:** Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões registradas no IFAM, correspondem à provisões de riscos trabalhistas, como exemplo: provisões de 13º salário e férias;

**Resultado Patrimonial** - A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFAM e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime

de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFAM, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas das transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

**Resultado orçamentário** – Seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

De acordo com a STN “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõe o ente, no caso do Instituto, o ente: União.

Importante frisar a diferença entre “crédito” e “dotação”. Crédito corresponde aos valores fixados na LOA, ao passo que Dotação diz respeito aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente). Portanto, os créditos recebidos ou concedidos de outros órgãos da União não são adicionados ou deduzidos da coluna “Previsão Atualizada”. Ressaltamos ainda, que o total da “Despesa Empenhada” superior ao total da “Dotação Inicial” ou “Dotação Atualizada” pode acontecer em qualquer órgão e não configura necessariamente um erro. Essa situação reflete que o órgão executou, além do seu

orçamento, despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

**Resultado financeiro** - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

## **5. NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **5.1 NOTA 1 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC**

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. (MCASP, parte V, 7ª Ed. 2017).

#### **5.1.2 Caixa e Equivalente de Caixa Inicial e Final**

Na conta equivalência de caixa considera os recursos para movimentação em aplicações no órgão, houve uma elevação do ano de 2017 no valor de R\$ 4.124.420,80 (Quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos) para 2018

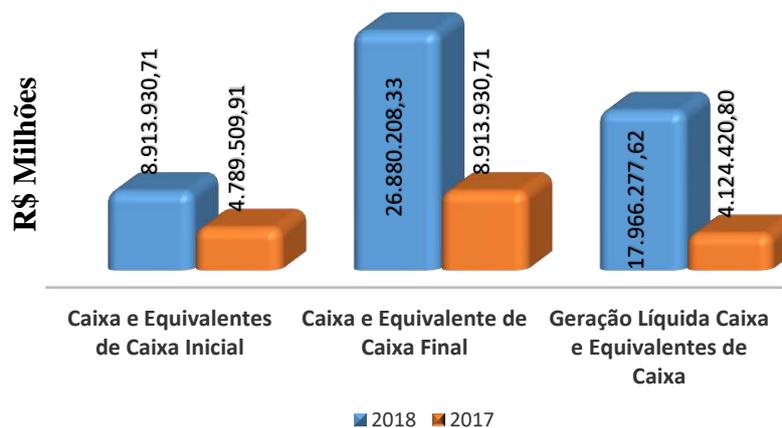
no valor de R\$ 17.966.277,62 (Dezessete milhões, novecentos e sessenta e seis mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos) e com o percentual de 335,61% no mesmo período, conforme a tabela 01.

Tabela 1 - Geração líquida e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final

Resultado Financeiro BF x DFC	2018	2017	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	8.913.930,71	4.789.509,91	86,11
Caixa e Equivalente de Caixa Final	26.880.208,33	8.913.930,71	201,55
<b>Geração Líquida Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>17.966.277,62</b>	<b>4.124.420,80</b>	<b>335,61</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Gráfico 1 - Resultado Financeiro BF x DFC



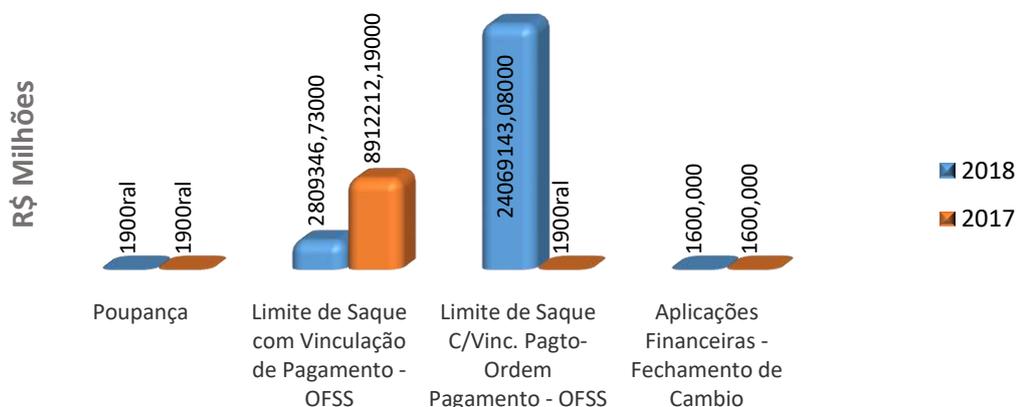
Nota-se que o aumento significativo de 201,55% em 2018 em Caixa e Equivalente de Caixa Final, através do Limite de Saque com vinculação de pagamento – OFSS e Limite de saque e/Vinc. Pagamento – ordem pagamento – OFSS, conforme tabela 02 e tabela 03 abaixo, a conta poupança e aplicações financeiras – fechamento de câmbio, será verificado com as UG Executora para serem regularizadas correspondente a anos anteriores.

Tabela 2 - Detalhamento do Caixa e Equivalente de Caixa Final

	2018	2017
Poupança	R\$ 118,52	R\$ 118,52
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	R\$ 2.809.346,73	R\$ 8.912.212,19
Limite de Saque C/Vinc. Pagto- Ordem Pagamento - OFSS	R\$ 24.069.143,08	R\$ -
Aplicações Financeiras - Fechamento de Cambio	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 26.880.208,33</b>	<b>R\$ 8.913.930,71</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 02 – Detalhamento do Caixa e Equivalente de Caixa Final



a) *Caixa das Atividades das Operações* - As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extra orçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extra orçamentárias do órgão. Houve aumento do ano de 2017 R\$ 24.798,49 (Vinte e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos) e para o ano de 2018 R\$ (Trinta e oito mil, trezentos e doze reais e trinta e nove centavos).

b) *Caixa das Atividades de Investimento* - Houve uma redução de 1,59% por centro, entre o ano de 2017 e 2018 conforme tabela 02 no fluxo da Atividades de Investimento, correspondente a gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, nenhuma entrada de índice remissivo foi encontrada.

Tabela 3 - Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa - Atividades

ATIVIDADES	2018	2017	AH %
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	38312,22	24798,23	54,50
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-20345,9	-20673,8	-1,59
<b>TOTAL</b>	<b>17966,28</b>	<b>4124,421</b>	<b>335,61</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Verifica-se na análise abaixo, que não houveram ingressos de investimentos no período, somente desembolsos, resultando num fluxo deficitário de aproximadamente R\$ 20

milhões, os quais correspondem em sua grande maioria a desembolsos pela aquisição de ativo não circulante, conforme tabela 04.

Tabela 4 - Atividades de Investimento – Ingressos e Desembolsos

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2018	2017	AH %	AV%
<b>Ingressos</b>	-	<b>0</b>	-	<b>0</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	-20.051.527,70	-20.333.824,56	-1,39	98,55%
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>	-294.418,07	-339.988,13	-13,4	1,45%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

I. **Ingressos** - Os ingressos, o item que apresentou maior incidência foram as “Transferências Financeiras Recebidas”, com R\$ 449 milhões, representando 99,69%. As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pelo IFAM do MEC, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extra orçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

Tabela 5 - Atividades Operacionais – Composição dos Ingressos

Atividades Operacionais	2018	2017	AH %	AV%
<b>Ingressos</b>	<b>451.152.166,38</b>	<b>436.881.134,39</b>	<b>3,27</b>	<b>100</b>
Receitas Derivadas e Originárias	266.429,21	792.500,32	-66,38	0,06
Receita Patrimonial	92.322,60	85.419,09	8,08	0,02
Receita Agropecuária	19.848,00	25.632,80	-22,57	0
Receita de Serviços	8.289,21	41.384,72	-79,97	0
Outras Receitas Derivadas e Originárias	145.969,40	640.063,71	-77,19	0,03
Outros Ingressos das Operações	450.885.737,17	436.088.634,07	3,39	99,94
Ingressos Extraorçamentários	1.116.190,80	952.244,18	17,22	0,25
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	232,8	0	-	0
Transferências Financeiras Recebidas	449.769.313,57	435.136.389,89	3,36	99,69

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

A receita patrimonial houve aumento de 8,08% referente a Alugueis e Arrendamentos, agropecuária obtiveram diminuição de 66,38% no âmbito de recursos para atividades Vegetais e Animais, a receita de serviço ocorreu declínio de 79,97 de referente a indenizações e multas, ressarcimentos e restituições entre 2017 e 2018 conforme apresentada na tabela 03 e 04.

Tabela 6 - Desdobramento das Receitas Derivadas e Originárias

RECEITAS		DESDOBRAMENTO	SALDO		%AH
			2018	2017	
RECEITA PATRIMONIAL	Exploração Patrimônio Imobiliário do Estado	Aluguéis e Arrendamentos	92.322,60	85.419,09	8,082
RECEITA AGROPECUARIA	Receita Agropecuária	Atividade Vegetal e animal	19.848,00	25.632,80	-22,568
RECEITA DE SERVIÇOS	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.738,91	8.834,72	-57,679
		Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	4.550,30	32.550,00	-86,021
OUTRAS RECEITAS DERIVAS	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	Restituição de Convênios - Primárias	794,69	534.356,65	-99,851
		Restituição Despesas de Exercícios Anteriores	139.477,91	105.706,06	31,949
		Outros Ressarcimentos	5.692,00	0	100,000
	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	Multas Previstas em Legislação Específica	0	1	-100,000
		Multas e Juros Previstos em Contratos	4,8	0	100,000
<b>TOTAL</b>			<b>266.429,21</b>	<b>792.500,32</b>	<b>-66,381</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

II. Desembolsos - Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto) conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

Desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias “Pessoal e Demais Despesas” totalizaram R\$ 298 milhões, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R\$ 265 milhões, representando 64,37% do total; Por outro lado, os desembolsos extraorçamentários, item: “Outros Desembolsos das Operações”, totalizam 73 milhões, sendo que R\$ 71 milhões correspondem à “Transferências Financeiras Concedidas”, item que apresentou o maior montante, representando 17,39 % do total de desembolsos, conforme apresentado na tabela 07 e detalhado na tabela 08.

Tabela 7 - Atividades Operacionais – Composição dos Desembolsos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017		AH %	AV%
Desembolsos	-412.839.842,99	-412.082.900,90		0,18	1,00
Pessoal e Demais Despesas	-298.716.487,74	-308.292.251,43		-3,11	0,72
Judiciário	0	-3.780.057,36		-100	0,00
Previdência Social	-32.968.224,92	-33.692.922,80		-2,15	0,08
Educação	-265.737.808,82	-270.715.029,34		-1,84	0,64
Organização Agrária	-9.643,14	-105.052,79		-90,82	0,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	-810,86	810,86		-200	0,00
Transferências Concedidas	-40.773.239,28	-37.844.813,05		7,74	0,10
Intragovernamentais	-40.698.320,28	-37.805.047,05		7,65	0,10
Outras Transferências Concedidas	-74.919,00	-39.766,00		88,4	0,00
Outros Desembolsos das Operações	-73.350.215,97	-65.945.836,42		11,23	0,18
Dispêndios extraorçamentários	-1.166.672,14	-853.200,87		36,74	0,00
Transferências Financeiras Concedidas	-71.799.365,06	-65.092.635,55		10,3	0,17
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade	-384.178,77	0		-	0,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

## 5.2 NOTA 2 - BALANÇO FINANCEIRO – BF

A Lei nº 4.320/1964, define o Balanço Financeiro – BF como sendo a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (MCASP, 7ª Ed. 2017)

### 5.2.1 Ingressos

A tabela seguinte apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no 4º trimestre de 2018, no âmbito do IFAM. Observa-se que as receitas orçamentárias tiveram uma redução de 66,38% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que os recebimentos extra orçamentários, apresentaram um acréscimo de 79,13% de 2017 para 2018. O saldo do Exercício Anterior, composto pelo item *Caixa e Equivalentes de Caixa*, demonstra um acréscimo em 86,11% em relação ao saldo de 2017. No total, os ingressos apresentaram um acréscimo de 9,72% de 2017 para 2018.

Tabela 8 - Composição dos Ingressos no 4º Trimestre de 2018

Ingressos	2018	2017	AH
	R\$	R\$	%
Receitas Orçamentárias	266.429,21	792.500,32	-66,38

Transferências Financeiras Recebidas	449.769.313,57	436.136.389,89	3,36
Recebimentos extraorçamentários	63.557.658,35	35.480.785,80	79,13
Saldo do Exercício Anterior	8.913.930,71	4.789.509,91	86,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.913.930,71	4.789.509,91	86,11
<b>Total de Ingressos:</b>	<b>522.507.331,84</b>	<b>476.199.185,92</b>	<b>9,72</b>

Os itens de maior representatividade no BF do período, correspondem aos Recebimentos Extra orçamentários, totalizando cerca de R\$ 63 milhões, e as Transferências Financeiras Recebidas, as quais totalizam aproximadamente R\$ 449 milhões, correspondendo à 12,16% e 86,07% do total de ingressos, respectivamente.

Os Recebimentos Extra orçamentários, compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e a inscrição de restos a pagar. São recursos de natureza compensatória, conforme o parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964, não configurando em disponibilidade de recursos. No BF do IFAM, 98,25% refere-se à inscrição de restos a pagar, sendo 40,50% processados e 57,75% não processados, conforme vemos a seguir:

Tabela 9 - Composição dos Recebimentos extraorçamentários – BF 4º Trimestre 2018

Especificação dos Ingressos	2018	AV %	2017	AH
Recebimentos Extraorçamentários	<b>63.557.958,35</b>	<b>100</b>	<b>35.480.785,80</b>	79,13
Inscrição dos Restos a Pag Processados	25.738.253,36	40,50%	3.935.840,35	553,95
Inscrição Restos a Pag Não Processados	36.703.281,39	57,75%	30.591.890,41	19,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.116.190,80	1,76%	952.244,18	17,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	232,80	0,00%	810,86	-71,29
Ord. Banc. não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,00	0,00%	0	0,00
Cancelamento de Obrig. do Exercício Anterior	232,80	0,00%	810,86	-71,29

Fonte: SIAFI, 2018.

## 5.2.2 Dispêndios

No grupo dos Dispêndio, observa-se que houve um acréscimo nos valores relativos ao pagamento de “Despesas orçamentárias” e “Despesas extra orçamentárias”, em 23,41% e 28,42% respectivamente. As Despesas extra orçamentárias não são consignadas na LOA, ou seja, sua execução independe de autorização legislativa para execução no exercício

de 2018. Compreendem, principalmente, as devoluções de recursos referentes a cauções, avais e fianças retidos pela administração pública decorrentes de contratos firmados e, principalmente, os Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Observa-se um aumento também, de 10,30% nas Transferências Financeiras Concedidas, em relação aos resultados do exercício de 2017 encerrado.

Em relação ao saldo de Dispêndios para o Exercício Seguinte, composto pelo item “Caixa e Equivalentes de Caixa”, verifica-se um aumento em 201,55%, o que torna satisfatório a disponibilidade financeira do IFAM, ao considerar o saldo de caixa e equivalente de caixa recebidos do ano anterior (ingressos).

Tabela 10 - Composição dos Dispêndios no 4º Trimestre de 2018

Dispêndios	2018 R\$	2017 R\$	AH %
<b>Despesas Orçamentárias</b>	393.049.229,42	375.289.797,18	4,73
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	71.799.365,06	65.092.635,55	10,30
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	30.778.229,03	26.902.822,48	14,41
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	26.880.208,33	8.913.930,71	201,55
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	26.880.208,33	8.913.930,71	201,55
<b>Total de Dispêndios:</b>	<b>522.507.331,84</b>	<b>476.199.185,92</b>	<b>9,72</b>

Fonte: SIAFI, 2017, 2018.

O item de maior representatividade monetária registrado no Balanço Financeiro, se refere às Despesas Orçamentárias, totalizando R\$ 393 milhões dos R\$ 522 milhões de dispêndios (aproximadamente). As despesas orçamentárias correspondem a despesas empenhadas, liquidadas e pagas dentro do exercício, refletindo um impacto de 75,22% sobre o total de dispêndios, até 31/12/2018.

Quanto às Transferências Financeiras (Recebidas e Concedidas), resultantes da Execução Orçamentária, no total de R\$ 404 milhões e R\$ 50 milhões, respectivamente, são compostas pelas rubricas: a) repasse; e b) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira recebida correspondente aos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário e consignados na LOA, da seguinte forma:

a) Recursos financeiros recebidos pelo IFAM do MEC, ou concedidos do IFAM para órgãos de outra estrutura organizacional dentro do ente “União”: repasse;

b) Recursos financeiros recebidos e concedidos pelas unidades gestoras e *campi* do Instituto: sub-repasse.

Já em relação às Transferências Financeiras (Recebidas e Concedidas), independentes da Execução Orçamentária, no total de 45 milhões e 21 milhões, respectivamente, são compostas pelas rubricas: a) Pagamento de RP (Restos a Pagar) e b) Movimentação de Saldos Patrimoniais. Elas representam a disponibilidade financeira concedida para pagamentos de restos a pagar e também os valores correspondentes à movimentação de saldos patrimoniais da seguinte forma:

a) Movimentação de Saldos Patrimoniais (Recebidas): Referente aos recolhimentos efetuados com recursos de restos a pagar.

b) Movimentação de Saldos Patrimoniais (Concedidos): Referente aos valores devolvidos por GRU, provenientes de recursos do exercício anterior, os quais têm seus saldos contabilizados (transferidos) à unidade gestora da Secretaria do Tesouro Nacional.

A composição das Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, podem ser visualizadas a seguir, nas tabelas 4 e 5:

Tabela 11 - Composição das Transferências Financeiras Recebidas – BF 4º Trimestre 2018

INGRESSOS	2018	AV %	2017	AH
Transferências Financeiras Recebidas	449.769.313,57	100,00%	435.136.389,89	3,36
Resultantes da Execução Orçamentária	404.425.901,88	89,92%	383.460.395,52	5,47
Repasso Recebido	355.167.309,52	78,97%	340.566.500,84	4,29
Sub-repasso Recebido	49.258.592,36	10,95%	42.893.894,68	14,84
Independentes da Execução Orçamentária	45.343.411,69	10,08%	51.675.994,37	-12,25
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	40.734.154,04	9,06%	50.303.484,52	-19,02
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.609.257,65	1,02%	1.372.509,85	235,83

Fonte: SIAFI, 2018.

Tabela 12 - Composição das Transferências Financeiras Concedidas – BF 4º Trimestre 2018

DISPÊNDIOS	2018	AV %	2017	AH
Transferências Financeiras Concedidas	71.799.365,06	100,00%	65.092.635,55	10,30
Resultantes da Execução Orçamentária	50.787.133,37	70,73%	11.958.065,73	324,71
Repasso Concedido	328.541,01	0,46%		0,00
Sub-repasso Concedido	49.258.592,36	68,61%	11.958.065,73	311,93
Repasso Devolvido	1.200.000,00	1,67%		0,00
Independentes da Execução Orçamentária	21.012.231,69	29,27%	15.038.659,61	39,72
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	20.723.933,36	28,86%	14.401.825,32	43,90
Movimentação de Saldos Patrimoniais	288.298,33	0,40%	636.834,29	-54,73

Fonte: SIAFI, 2018.

### 5.2.3 Resultado Financeiro

O resultado financeiro do 4º trimestre 2018 foi superavitário em cerca de R\$ 117 milhões, apresentando um acréscimo de 2017 para 2018, de 335,61%. Para apuração do resultado financeiro, há duas metodologias de cálculo, apresentadas a seguir.

Na metodologia 1, o resultado financeiro é obtido pela dedução dos dispêndios do total dos ingressos, não se computando o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tanto do lado dos Ingressos quanto do lado dos Dispêndios:

Tabela 13 - Apuração do Resultado Financeiro, metodologia 01 – BF 4º Trimestre 2018

Metodologia 1 – Ingressos - Dispêndios	2018	2017	AH (%)
<b>Ingressos (Exceto Caixa e Equival. Caixa)</b>	513.593.701,13	471.409.676,01	<b>8,95</b>
<b>(-) Dispêndios (Exceto Caixa e Equival. Caixa)</b>	495.627.423,51	467.285.255,21	<b>6,07</b>
<b>(=) Resultado financeiro:</b>	<b>17.966.277,62</b>	<b>4.124.420,80</b>	<b>335,61</b>

Fonte: SIAFI, 2018.

### 5.3 NOTA 3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil adequado para demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por um quadro principal, um quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e um Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (MCASP, parte V, 7ª Ed. 2017).

Objetivando facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BO, bem como às informações relacionadas aos Restos a Pagar.

#### 5.3.1 Receitas

No exercício financeiro de 2018, as receitas realizadas totalizaram o montante de R\$ 266.429,21 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos), resultado da arrecadação, de receitas correntes, por todas as unidades que compõe esta Instituição de Ensino (IE), conforme demonstrado a seguir:

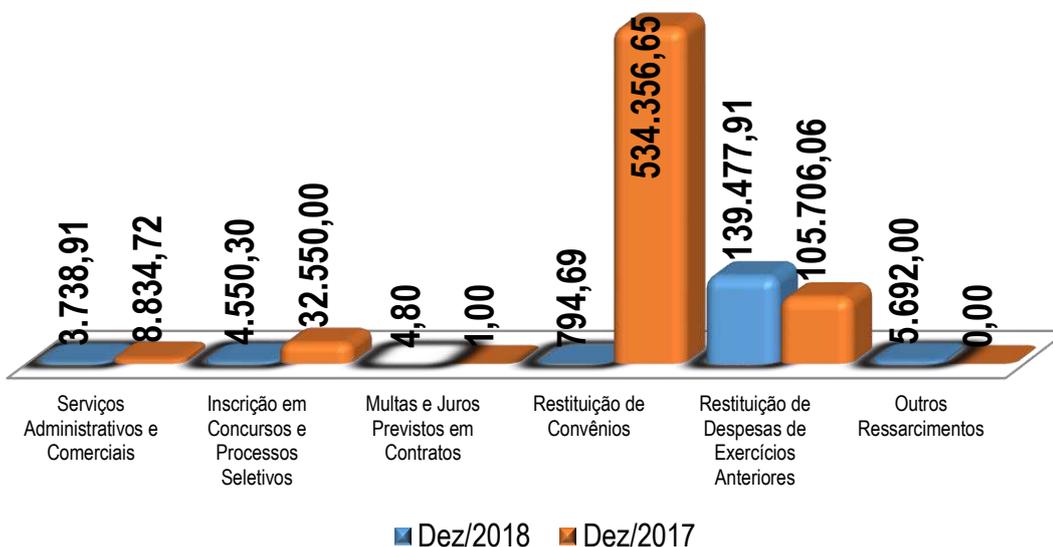
Tabela 14 – Receitas Realizadas

Receitas Correntes	2018	2017	AH (%)
Receita Patrimonial	R\$ 92.322,60	R\$ 85.419,09	8,08
Receita Agropecuária	R\$ 19.848,00	R\$ 25.632,80	- 22,57
Receita de Serviços	R\$ 8.289,21	R\$ 41.384,72	- 79,97
Outras Receitas Correntes	R\$ 145.969,40	R\$ 640.063,71	- 77,19
<b>Total</b>	<b>R\$ 266.429,21</b>	<b>R\$ 792.500,32</b>	<b>- 66,38</b>

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Verifica-se que as receitas arrecadadas durante o exercício de 2018 foram reduzidas na ordem de 66,38% (sessenta e seis inteiros e trinta e oito centésimos por cento) em relação ao exercício de 2017. O decréscimo evidenciado ocorreu principalmente nas receitas de serviços e outras receitas correntes, motivo pelo qual as mesmas foram desmembradas no gráfico a seguir:

Receitas Realizadas: serviços e outras receitas correntes



### 5.3.2 Despesas

Durante o exercício de 2018, os dispêndios orçamentários totalizaram o montante de R\$ 393.049.829,42 (trezentos e noventa e três milhões, quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos), resultado das despesas empenhadas, por todas as unidades que compõe esta Instituição de Ensino (IE), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 15 – Despesas Empenhadas

Despesas	2018	2017	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 283.648.526,01	R\$ 272.407.092,59	4,13
Outras Despesas Correntes	R\$ 79.268.019,99	R\$ 80.288.418,70	- 1,27
Investimentos	R\$ 30.133.283,42	R\$ 22.594.285,89	33,37
<b>Total</b>	<b>R\$ 393.049.829,42</b>	<b>R\$ 375.289.797,18</b>	<b>4,73</b>

Fonte: SIAFI, 2018.

Nota-se que as despesas empenhadas durante o exercício de 2018 excederam na ordem de 4,70% (quatro inteiros e setenta centésimos por cento) em relação ao exercício de 2017. O acréscimo evidenciado ocorreu principalmente nas despesas com investimentos, motivo pelo qual as mesmas encontram-se detalhadas no gráfico a seguir:

Despesas Empenhadas - Investimento



### 5.3.3 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, resultando em superávit ou déficit orçamentário. Conforme demonstrado na tabela abaixo, o resultado orçamentário deficitário excedeu o resultado orçamentário do exercício anterior na ordem de 4,88% (quatro inteiros e oitenta e oito centésimos por cento).

Tabela 16 – Resultado Orçamentário

Descrição	2018	2017	AH (%)
(A) Receitas Realizadas	R\$ 266.429,21	R\$ 792.500,32	- 66,38
(B) Despesas Empenhadas	R\$ 393.049.829,42	R\$ 375.289.797,18	4,73
(A-B) Resultado Orçamentário	- R\$ 392.783.400,21	- R\$ 374.497.296,86	4,88

Fonte: SIAFI, 2018.

Embora o Balanço Orçamentário tenha apresentado déficit, tal situação não representa irregularidade, tendo em vista que esta instituição não atua como órgão arrecadador, mas apenas executora de despesa orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos objetivando promover com excelência a educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro na qual é possível constatar que as transferências financeiras recebidas superaram as transferências financeiras concedidas, bem como o resultado financeiro do exercício saltou de R\$ 4.124.420,80 (quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos) no exercício de 2017 para R\$ 17.966.277,62 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e seis mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos) no exercício de 2018, conforme detalhado na nota explicativa do respectivo demonstrativo.

### 5.3.4 Inscrição Restos a Pagar

No encerramento do exercício financeiro de 2018, as despesas empenhadas, porém não pagas até 31/12/2018, foram inscritas em Restos a Pagar Processados (RPP) e/ou Restos a Pagar Não Processados (RPNP), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 17 – Inscrição de Restos a Pagar

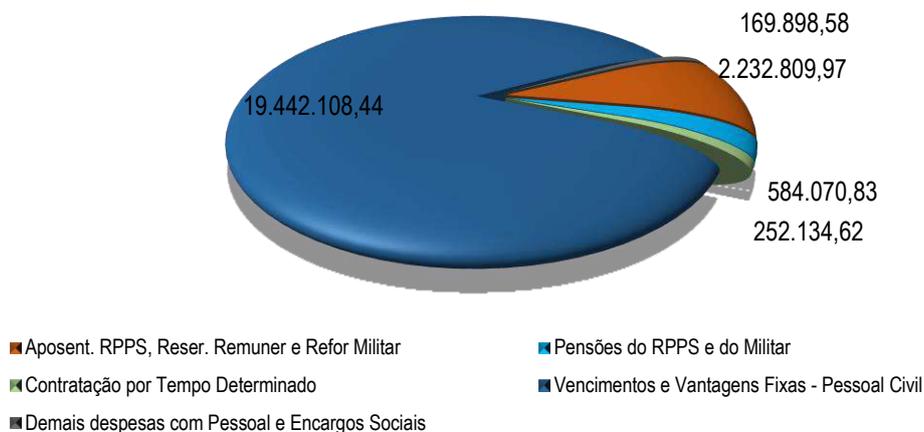
Despesas	Empenhadas	Inscrição RPP	(%)	Inscrição RPNP	(%)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 283.648.526,01	R\$ 22.681.022,44	8,00	R\$ 99.999,95	0,04
Outras Despesas Correntes	R\$ 79.268.019,99	R\$ 2.842.971,70	3,59	R\$ 10.722.228,40	13,53
Investimentos	R\$ 30.133.283,42	R\$ 214.259,22	0,71	R\$ 25.881.053,04	85,89
<b>Total</b>	<b>R\$ 393.049.829,42</b>	<b>R\$ 25.738.253,36</b>	<b>6,55</b>	<b>R\$ 36.703.281,39</b>	<b>9,34</b>

Fonte: SIAFI, 2018.

Nota-se que do total de despesas empenhadas, 6,55% (seis inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) foram inscritos em RPP e 9,34% (nove inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) inscritos em RPNP.

No tocante a inscrição de RPP, destaca-se as despesas com pessoal e encargos sociais, cuja composição encontra-se demonstradas a seguir:

#### Pessoal e Encargos Sociais



Dentre as inscrições de RPNP, destaca-se as despesas com investimentos, cuja composição encontra-se demonstrada a seguir:



### 5.3.5 Execução de Restos a Pagar

Dos valores inscritos em RPP e RPNP em exercícios anteriores, verifica-se que 70,13% (setenta inteiros e treze centésimos por cento) encontram-se realizados (cancelados ou pagos), restando R\$ 14.653.144,70 (quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta centavos) para ser realizado no exercício de 2019.

*Tabela 18 – Execução de Restos a Pagar*

Restos a Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo	Realização (%)
Processados	R\$ 4.530.460,54	R\$ 90.720,40	R\$ 4.093.280,54	R\$ 346.459,60	92,35
Não Processados	R\$ 44.525.928,88	R\$ 5.085.957,06	R\$ 25.133.286,72	R\$ 14.306.685,10	67,87
<b>Total</b>	<b>R\$ 49.056.389,42</b>	<b>R\$ 5.176.677,46</b>	<b>R\$ 29.226.567,26</b>	<b>R\$ 14.653.144,70</b>	<b>70,13</b>

SIAFI: TESOUROGERENCIAL 22/01/2019

## 5.4 NOTA 4 - BALANÇO PATRIMONIAL - BP

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial tem-se a

visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, parte V, 7ª Ed. 2017).

#### 5.4.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O item sofreu uma redução de 71,51% com relação a 31/12/2017 e possui valor aproximado de R\$ 11 milhões, resultando numa baixa de 88,28% dos adiantamentos registrados na conta de 13º salário referente ao exercício anterior, verifica-se que o valor mais significativo, diz respeito ao adiantamento de férias, no percentual de 59,52%, devido à ausência da baixa desses valores no decorrer do exercício, conforme tabela abaixo:

Tabela 19 - Detalhamento Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2018		2017		AH %	AV %
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	R\$	3.462.010,09	R\$	29.547.955,28	-88,28	29,39
ADIANTAMENTO DE FERIAS	R\$	7.011.439,59	R\$	11.652.236,05	-39,83	59,52
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	R\$	2.967,55	R\$	-	100,00	0,03
SUPRIMENTO DE FUNDOS - ADIANTAMENTO	R\$	857,15	R\$	265,30	223,09	0,01
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	R\$	9,60	R\$	9,60	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	R\$	-	R\$	10.000,00	-100,00	0,00
IRRF A COMPENSAR	R\$	1.062,50	R\$	1.062,50	0,00	0,01
INSS A COMPENSAR			R\$	-	100,00	0,00
FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVACAO	R\$	51.658,93			100,00	0,44
VALES, TICKETS E BILHETES	R\$	34.372,00	R\$	34.372,00	0,00	0,29
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	R\$	-	R\$	96.289,11	-100,00	0,00
CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES	R\$	1.207.156,49			100,00	10,25
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	R\$	8.805,74	R\$	8.805,74	0,00	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>11.780.339,64</b>	<b>R\$</b>	<b>41.350.995,58</b>	<b>-71,51</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SIAFI 24/01/2019

#### 5.4.2 Imobilizado

Em 31/12/2018, o IFAM apresentou um saldo de R\$ 492 milhões relacionados a imobilizado, esse valor representa 89,70% do total do ativo da instituição, em comparação ao exercício anterior no mesmo período, houve um crescimento de 4,76%, conforme observada na tabela a seguir:

Tabela 20 - Composição do Ativo Não Circulante

COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2018		2017		AH %	AV %
	R\$	492.106.577,67	R\$	469.708.829,19	331,60	89,71
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$	30.037,10	R\$	7.037,10	326,84	0,01
Imobilizado	R\$	492.048.038,22	R\$	469.673.289,74	4,76	89,70
Intangível	R\$	28.502,35	R\$	28.502,35	0,00	0,01

FONTE: SIAFI 21/01/2019

O item mais relevante compreende as contas do Imobilizados, o qual, é composto pelos bens móveis e imóveis no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 21 - Composição do Imobilizado

	31/12/2018		31/12/2017		AH%	AV %
Bens Móveis	R\$	104.545.346,13	R\$	99.339.802,47	32,543	R\$ 19,06
(+) Valor Bruto Contábil	R\$	106.291.832,85	R\$	100.714.921,90	5,54	R\$ 19,38
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão o Acum. de Bens Móveis	-R\$	1.746.486,72	-R\$	1.375.119,47	27,01	-R\$ 0,32
Bens Imóveis	R\$	387.502.692,09	R\$	370.333.487,27	58,23	R\$ 70,64
(+) Valor Bruto Contábil	R\$	391.671.844,57	R\$	373.054.132,83	4,99	R\$ 71,40
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-R\$	4.169.152,48	-R\$	2.720.645,56	53,24	-R\$ 0,76
Total	R\$	492.048.038,22	R\$	469.673.289,74	90,78	R\$ 89,70

FONTE: SIAFI 21/01/2019

a) *Bens Móveis* - Os Bens Móveis do IFAM em 31/12/2018 totalizavam 104 (cento e quatro) milhões e representam 21,25% do total do imobilizado estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 22 - Detalhamento bens móveis

BENS MÓVEIS	2018		2017		AH %	AV %
	R\$	104.545.346,13	R\$	99.339.802,47		
<i>Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas</i>	R\$	32.790.897,69	R\$	31.285.739,27	4,81	31,37
<i>Bens de Informática</i>	R\$	22.285.688,97	R\$	21.752.059,53	2,45	21,32
<i>Móveis e Utensílios</i>	R\$	23.543.559,85	R\$	19.968.907,43	17,90	22,52
<i>Material Cultural, Educacional e de Comunicação</i>	R\$	9.410.902,67	R\$	6.791.232,20	38,57	9,00
<i>Veículos</i>	R\$	13.513.524,50	R\$	13.084.266,57	3,28	12,93
<i>Bens Móveis em Andamento</i>	R\$	1.181.816,53	R\$	1.193.238,21	-0,96	1,13
<i>Bens Móveis em Almoxarifado</i>	R\$	966.269,17	R\$	968.503,27	-0,23	0,92
<i>Armamentos</i>	R\$	19.512,00	R\$	19.512,00	0,00	0,02
<i>Semoventes e Equipamentos de Montaria</i>	R\$	127.836,97	R\$	127.836,97	0,00	0,12
<i>Demais Bens Móveis</i>	R\$	2.451.824,50	R\$	5.523.626,49	-55,61	2,35
<i>Depreciação / Amortização Acumulada</i>	-R\$	1.746.486,72	-R\$	1.375.119,47	27,01	-1,67

FONTE: SIAFI 21/01/2019

O item mais relevante da tabela acima, refere-se a Máquinas, aparelhos, equipamento e ferramentas, totalizando 31,37% do total de bens móveis, esses itens são os bens necessários a atividade fim do IFAM. Em segundo plano está a aquisição de móveis e utensílios, que apresenta um crescimento de 17,90% com relação ao exercício anterior, decorrente da aquisição de móveis escolares para manutenção dos Campus anteriores e a inauguração da nova estrutura do Campus Itacoatiara.

b) *Bens Imóveis* - No tocante a composição dos Bens Imóveis da União em 31/12/2018, estes totalizam 387 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 23 - Bens Imóveis – Composição.

BENS IMÓVEIS	2018		2017		AH %	AV %
	R\$	387.502.692,09	R\$	370.333.487,27		
<i>Bens de Uso Especial</i>	R\$	192.897.376,99	R\$	212.053.435,84	-9,03	49,78
<i>Bens Dominicais</i>	R\$	32.935,50	R\$	32.935,50	0,00	0,01
<i>Bens Imóveis em Andamento</i>	R\$	195.349.342,70	R\$	157.629.333,52	23,93	50,41

<b>Benfeitorias em Propriedade de Terceiros</b>	R\$	24.969,00	R\$	24.969,00	0,00	0,01
<b>Instalações</b>	R\$	1.895.403,47	R\$	1.841.642,06	2,92	0,49
<b>Demais Bens Imóveis</b>	R\$	1.471.816,91	R\$	1.471.816,91	0,00	0,38
<b>Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis</b>	-R\$	4.169.152,48	-R\$	2.720.645,56	53,24	-1,08

FONTE: SIAFI, 22/01/2019

De acordo com a tabela acima, os Bens Imóveis em andamento correspondem a 50,41% do total de bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFAM, perfazendo o montante de R\$ 195 milhões em 31/12/2018 a valores brutos. Esse percentual justifica-se pela existência de obras em andamento das unidades da expansão fase III e a ausência de baixa das obras finalizadas referente as unidades da expansão fase II, no âmbito do IFAM. Salientamos que parte das construções dos campi da expansão fase III foi registrada contabilmente na Reitoria do IFAM.

Tabela 24 - Detalhamento de Bens Imóveis em Andamento por UG

CAMPUS	2018	2017	AV %
<b>CAMPUS HUMAITA</b>	R\$ 249.998,39	R\$ 249.998,39	0,13
<b>CAMPUS AVANÇADO MANACAPURU</b>	R\$ 1.721.980,12	R\$ 1.706.262,12	0,88
<b>CAMPUS TEFE</b>	R\$ 327.474,57		0,17
<b>CAMPUS EIRUNEPE</b>	R\$ 3.406.480,19	R\$ 989.411,17	1,74
<b>REITORIA</b>	R\$ 45.614.576,37	R\$ 38.335.198,56	23,35
<b>CAMPUS SAO GABRIEL DA CACHOEIRA</b>	R\$ 5.584.667,56	R\$ 4.363.195,00	2,86
<b>CAMPUS MANAUS ZONA LESTE</b>	R\$ 25.398.231,20	R\$ 15.759.105,07	13,00
<b>CAMPUS MANAUS CENTRO</b>	R\$ 73.283.262,02	R\$ 65.959.330,15	37,51
<b>CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL</b>	R\$ 5.411.990,25	R\$ 5.215.623,48	2,77
<b>CAMPUS COARI</b>	R\$ 5.019.637,33	R\$ 4.019.147,79	2,57
<b>CAMPUS PARINTINS</b>	R\$ 5.785.436,19	R\$ 3.955.613,53	2,96
<b>CAMPUS TABATINGA</b>	R\$ 5.937.009,46	R\$ 5.739.575,78	3,04
<b>CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO</b>	R\$ 5.478.829,20	R\$ 1.517.664,29	2,80
<b>CAMPUS MAUES</b>	R\$ 5.183.971,09	R\$ 3.788.882,84	2,65
<b>CAMPUS LABREA</b>	R\$ 5.276.191,94	R\$ 4.360.718,53	2,70

Em segundo lugar está o percentual de 49,78%, que correspondente a conta de Bens de Uso Especial, no total de 192 milhões em 31/12/2018, dos quais 87,37% referem-se a Imóveis de Uso Educacional, conforme tabela abaixo, a variação de -63,81% na conta de

edifícios refere-se em parte com a mudança de classificação do referido item para a conta de Imóveis de Uso Educacional.

Tabela 25 - Detalhamento de Bens de Uso Especial

	2018	2017	AH %	AV %
Fazendas, Parques e Reservas	569.237,50	569.237,50	0,00	R\$ 0,30
Imóveis de Uso Educacional	168.532.483,75	172.602.730,42	-2,36	R\$ 87,37
Edifícios	5.956.206,35	16.456.320,72	-63,81	R\$ 3,09
Imóveis Residenciais e Comerciais	755.183,10	755.183,10	0,00	R\$ 0,39
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	17.084.266,29	21.669.964,10	-21,16	R\$ 8,86

FONTE: SIAFI 22/01/2019

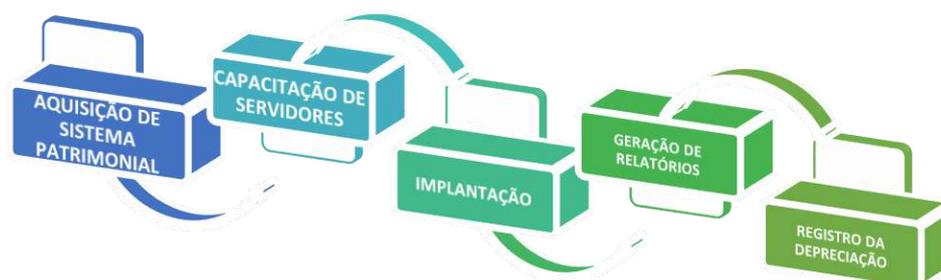
#### 5.4.3 Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis.

Os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta e Indireta está legalmente prevista na Lei 4.230/64, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e a Lei 10.180/01. A Macrofunção 020330 descreve de maneira mais detalhada os procedimentos contábeis estipuladas pelas normas vigentes no âmbito do setor público.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidênciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

No âmbito do IFAM, dentre as 16 unidades que compõe o Órgão apenas 25 % iniciaram o cálculo e registro da depreciação, esse quantitativo se justifica pois 99% das unidades estão em fase dos ajustes de implantação do módulo patrimônio no Sistema Interno de Patrimônio, Administração e Contratos do IFAM, conforme Cronograma Abaixo:

Tabela 26 – Processo de Implantação do IFAM



#### 5.4.4 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

Das 17 Unidade que compõe o IFAM apenas 29,41% estão cadastradas no SPIUnet conforme tabela abaixo, no total de 188 milhões, entretanto esses valores abrangem as unidades da expansão fase II e III, do instituto:

Tabela 27 - Detalhamento da Depreciação

UNIDADES DEPRECIADAS PELO SPIUNET	014/2018		014/2017		AH%
IFAM - REITORIA	-R\$	76.771,25	R\$	-	100
IFAM - CAMPUS SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	-R\$	574.729,75	-R\$	382.084,68	50,42
IFAM - CAMPUS MANAUS ZONA LESTE	-R\$	849.258,66	-R\$	564.593,47	50,42
IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO	-R\$	2.328.400,48	-R\$	1.547.937,97	50,42
IFAM - CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	-R\$	339.992,34	-R\$	226.029,44	50,42
<b>TOTAL</b>	<b>-R\$</b>	<b>4.169.152,48</b>	<b>-R\$</b>	<b>2.720.645,56</b>	<b>53,24</b>

FONTE: SIAFI 22/01/2019

#### 5.4.5 Fornecedores e Contas a pagar

Em 31/12/2018, o IFAM apresentou um saldo em aberto de 2 milhões relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo 1 milhão de obrigações a curto prazo. A seguir,

apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 28 - Detalhamento de Contas a Pagar

	2018		2017		AH %	AV %
<b>Curto Prazo</b>	R\$	1.969.398,63	R\$	1.253.055,91	57,17	0,36
<i>Nacionais</i>	R\$	1.969.398,63	R\$	1.253.055,91	57,17	0,36
<b>Longo Prazo</b>	R\$	36.445,11	R\$	36.445,11	0,00	0,01
<i>Nacionais</i>	R\$	36.445,11	R\$	36.445,11	0,00	0,01
<b>Total</b>	R\$	<b>2.005.843,74</b>	R\$	<b>1.289.501,02</b>	<b>55,55</b>	<b>0,37</b>

FONTESIAFI 24/01/2019

Os fornecedores e contas pagar de curto e longo prazo se refere exclusivamente aos fornecedores nacionais dos quais cerca de 57,17% do total do passivo do órgão são obrigações de curto prazo.

Na tabela a seguir constam as unidades do IFAM, contratantes com os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

Tabela 29 - Detalhamento de Fornecedores por UG

UNIDADES	2018	2017	AV %
IFAM - CAMPUS HUMAITA	22.484,01	21.185,68	1,12
IFAM - CAMPUS ITACOATIARA	43.290,33	20.527,89	2,16
IFAM - CAMPUS AVANÇADO MANACAPURU	41.645,46	41.672,60	2,08
IFAM - CAMPUS TEFE	115.464,09	71.852,55	5,76
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	190.135,09	128.735,59	9,48
IFAM - CAMPUS SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	174.219,35	198.784,67	8,69
IFAM - CAMPUS MANAUS ZONA LESTE	128.146,65	297.573,97	6,39
IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO	472.192,80	210.645,69	23,54
IFAM - CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	138.015,09	66.148,05	6,88
IFAM - CAMPUS COARI	105.670,55		5,27
IFAM - CAMPUS PARINTINS	106.425,26	5.187,50	5,31
IFAM - CAMPUS TABATINGA	204.933,82	55.282,54	10,22
IFAM - CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO	42.900,31	6.639,76	2,14
IFAM - CAMPUS MAUES	75.274,41	164.063,03	3,75
IFAM - CAMPUS LABREA	145.046,52	1.201,50	7,23
<b>TOTAL</b>	<b>2.005.843,74</b>	<b>1.289.501,02</b>	<b>100,00</b>

FONTESIAFI 24/01/2019

O campus Manaus Centro é responsável por 23,54% do total a ser pago. Isso se justifica, pois, o campus por ser um dos maiores tem um elevado gasto com manutenção e vigilância armada.

#### 5.4.6 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, o Instituto federal de Educação ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM apresentou um saldo de R\$ 44 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de Contratos em Execução no exercício de 2018 e a serem executadas no próximo exercício. Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 30 - Detalhamento de Obrigações contratuais

	2018		2017		AH %	AV %
<b>Aluguéis</b>	R\$	22.500,00	R\$	22.500,00	0,00	0,05
<b>Fornecimento de Bens</b>	R\$	509.150,52	R\$	509.150,52	0,00	1,16
<b>Serviços</b>	R\$	43.487.584,97	R\$	43.438.722,56	0,11	98,79
<b>Total</b>	R\$	44.019.235,49	R\$	43.970.373,08	0,11	100,00

FONTE: SIAFI 24/01/2019

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviço que representam 98,79% do total das obrigações contratuais do IFAM.

Em seguida, apresenta-se a tabela contendo a relação das unidades contratantes com os valores mais expressivos na data base de 31/12/2018.

Tabela 31 - Detalhamento de Contrato por UG

UNIDADES	TIPO	2018		2017		AH %	AV %
IFAM - CAMPUS HUMAITA	Fornecimento de Bens	R\$	265.284,50	R\$	265.284,50	0,00	0,60
	Serviços	R\$	5.976.576,72	R\$	6.056.049,16	-1,31	13,58
IFAM - CAMPUS TEFE	Serviços	R\$	161.497,17	R\$	161.497,17	0,00	0,37
IFAM - CAMPUS EIRUNEPE	Aluguéis	R\$	22.500,00	R\$	22.500,00	0,00	0,05
	Serviços	R\$	3.753,42	R\$	3.753,42	0,00	0,01
IFAM – REITORIA	Fornecimento de Bens	R\$	243.804,34	R\$	243.804,34	0,00	0,55
	Serviços	R\$	33.791.366,75	R\$	34.149.149,11	-1,05	76,77
IFAM - CAMPUS SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	Serviços	R\$	260.372,74	R\$	260.372,74	0,00	0,59
IFAM - CAMPUS MANAUS ZONA LESTE	Serviços	R\$	131.304,25	R\$	220.238,38	-40,38	0,30

IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO	Serviços	R\$ 433.018,36	R\$ 433.018,36	0,00	0,98
IFAM - CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	Serviços	R\$ 57.887,50	R\$ 57.887,50	0,00	0,13
IFAM - CAMPUS COARI	Serviços	R\$ 306.094,51	R\$ 289.127,96	5,87	0,70
IFAM - CAMPUS PARINTINS	Serviços	R\$ 1.833.266,83	R\$ 1.272.490,67	44,07	4,16
IFAM - CAMPUS LABREA	Fornecimento de Bens	R\$ 61,68	R\$ 61,68	0,00	0,00
	Serviços	R\$ 532.446,72	R\$ 535.138,09	-0,50	1,21
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 44.019.235,49</b>	<b>R\$ 43.970.373,08</b>	<b>0,11</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SIAFI 24/01/2019

A unidade com o valor mais expressivo em obrigações contratuais é a Reitoria do IFAM, que corresponde a 77,32% do total, entretanto esse valor não deve ser considerado, pois é decorrente de inconsistências nas contas de controle, devido ao uso da opção “SEM CONTRATO”, no momento da liquidação da despesa no SIAFI, logo, o seu saldo permaneceu inalterado. Essa inconsistência está sendo corrigida na unidade com alterações nas rotinas administrativas motivado pela Coordenação de Contabilidade.

#### 5.4.7 Patrimônio Líquido - PL

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. No âmbito do IFAM verifica-se que o PL é composto em 100% dos valores oriundos de Resultados Acumulados, do exercício e de exercícios anteriores, subtraindo os ajustes realizados, conforme composição abaixo:

Tabela 32 - Detalhamento do Patrimônio Líquido

	2018	2017	AH %	AV %
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 325,00</b>	<b>R\$ 325,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVAS DE DOACOES E SUBVENCOES P/ INVESTIME	R\$ 325,00	R\$ 325,00	0,00	0,00
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>R\$ 516.757.822,05</b>	<b>R\$ 492.999.876,01</b>	<b>4,82</b>	<b>100,00</b>
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	R\$ 62.291.090,92	R\$ 28.991.444,81	114,86	12,05
SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 492.999.876,01	R\$ 473.332.934,07	4,15	95,40
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-R\$ 38.533.144,88	-R\$ 9.324.502,87	313,25	-7,46
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 516.758.147,05</b>	<b>R\$ 493.000.201,01</b>	<b>437,08</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SIAFI 24/01/2019

## 5.5 NOTA 5 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício que é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, parte V, 7ª Ed. 2017).

### 5.5.1 Resultado Patrimonial do Período

No segundo trimestre de 2018, o IFAM apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 62 milhões, com aumento de 114,86% em relação ao item anterior pois as variações patrimoniais positivas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) foram superiores às variações diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos).

Tabela 33 - Detalhamento do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2018	2017	% AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 494.809.582,51	R\$ 436.161.978,51	13,45
Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 432.518.491,59	R\$ 407.170.533,70	6,23
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>R\$ 62.291.090,92</b>	<b>R\$ 28.991.444,81</b>	<b>114,86</b>

FONTE: SIAFI 24/01/2019

### 5.5.2 Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

O item que mais contribuiu para uma alavancagem de 114,86% no resultado positivo, foi um aumento nas Variações Patrimoniais Aumentativas, referente as “Transferências e Delegações Recebidas”, com 494 milhões, representando 90,89% do total das VPAs, conforme demonstrado na tabela adiante.

Tabela 34 - Detalhamento do Patrimônio Líquido

	2018	2017	%AH	%AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>494.809.582,51</b>	<b>436.161.978,51</b>	13,45	100,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	119.483,81	152.292,61	-21,54	0,02

<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>9.359,28</b>	<b>144,00</b>	6399,50	0,00
<b>Financeiras</b>				
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>449.769.453,57</b>	<b>435.329.818,54</b>	3,32	90,90
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>43.875.763,08</b>	<b>39.659,65</b>	110530,74	8,87
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.035.522,77</b>	<b>640.063,71</b>	61,78	0,21

FONTE: SIAFI 24/01/2019

Conforme descrito no item 5.2 das notas explicativas do Balanço Financeiro, as Transferências Financeiras Recebidas, Resultantes da Execução Orçamentária, são compostas pelas rubricas: a) repasse; e b) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira recebida correspondente aos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário e consignados na LOA.

Há também as Transferências Financeiras Recebidas – Independentes da Execução Orçamentária – que são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos destinados ao pagamento de restos a pagar, que englobam os recursos recebidos pelo IFAM, do MEC, e de outros órgãos da administração pública.

### 5.5.3 Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Das Variações Patrimoniais Diminutivas, o item que teve maior relevância no resultado, foi “Pessoal e Encargos”, totalizando 264 milhões aproximados, representando um acréscimo na despesa em 4,43% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo seu impacto em 62,96% do valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Tabela 35 - Detalhamento do Patrimônio Líquido

	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>% AH</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>432.518.491,59</b>	<b>407.170.533,70</b>	<b>6,23</b>
Pessoal e Encargos	264.200.126,61	252.997.260,23	4,43
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.066.903,69	31.150.097,44	6,15
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	49.237.440,82	44.176.322,61	11,46
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>31.477,59</b>	<b>65.216,39</b>	<b>-51,73</b>
Transferências e Delegações Concedidas	71.874.284,06	65.524.972,05	9,69

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	610.936,63	1.010.518,72	-39,54
Tributárias	31.513,47	12.051,98	161,48
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.465.808,72	12.234.094,28	10,07

FONTE: SIAFI 24/01/2019

Manaus, 29 de janeiro de 2019